

# VILA NOVA DE FAMALICÃO

## (Lousado)

A ponte de Lagoncinha situa-se no distrito de Braga, município de Vila Nova de Famalicão, freguesia de Lousado. Implantada sobre o rio Ave, a 9,6 km a sul da cidade de Vila Nova de Famalicão, a ponte de Lagoncinha encontra-se acessível pela A3, no sentido norte-sul, por Cabeçudos e, no sentido inverso, a partir do Porto, pela saída de Trofa e Bougado.

O primeiro documento, para já identificado, que poderá referir esta travessia, é o testamento do bispo do Porto D. Fernando Martins (1176-1185), em cujo instrumento se assinalam legados seus a três pontes: a do Douro, a de Cervas (Serves) e à de *domna Guntia*. Tal hipótese resulta da associação, que a historiografia convencionou aceitar, do nome feminino medieval de *Guntia* ou *Gontinha* que, por via popular, teria resultado em Lagoncinha e na vinculação de uma dona com este nome à construção da referida ponte.

Nas Inquirições de Afonso III respeitantes ao território em que se situa a ponte da Lagoncinha, há várias referências a travessias, mas sem que alguma das designações se lhe possa associar. Somos, portanto, obrigados a aceitar a referência no testamento do bispo do Porto como a única e para já mais antiga designação da ponte de Lagoncinha sobre o rio Ave, tendo em conta, como veremos, a sua importância em contexto regional e até diocesano.

### *Ponte de Lagoncinha*

A PONTE DE LAGONCINHA, alçada sobre o rio Ave, em cantaria de granito, apresenta traçado reto, com tabuleiro em dupla pendente, assente em seis arcos de vãos desiguais em dimensão e forma, três de volta perfeita e três quebrados. São de volta perfeita o primeiro, o quarto e o quinto arcos a contar da margem sul e os restantes ligeiramente quebrados.

A extensão do tabuleiro é de 120 m, sendo a bitola do mesmo, medida entre as guardas, de 3 m de largo. Os cinco pilares ou pegões, maciços e de desenho retangular, são protegidos a montante por talhamares e a jusante por talhantes.

Ainda do ponto de vista morfológico, a ponte apresenta aparelho pseudo-isódomo e aduelas estreitas nos arcos – mais estreitas e irregulares nos arcos quebrados de maior luz – com sinais de cimbramento na base intradorsal dos vãos. A via é pavimentada com grandes lajes de granito, entre guardas do mesmo material, sem passeios e com escoadouros.

A ponte foi alçada no curso intermédio do rio Ave, junto a um meandro, aproveitando afloramentos no leito para as suas fundações. Encontra-se implantada em sítio isolado, num enquadramento paisagístico rural, ainda que o território envolvente seja marcado por uma intensiva urbanização e industrialização.

O historiador Carlos Alberto Ferreira de Almeida foi o primeiro a considerar a ponte de Lagoncinha num contexto regional de construção pontística e, embora a qualifique como medieval, atribuiu-lhe, em 1968, origem romana, segundo ele evidenciada pela forma do primeiro arco do lado que indica como romano e de técnica da primeira fase imperial. O mesmo autor assevera que pela primitiva ponte romana passaria a estrada de *Cale a Bracara*.

Foram, contudo, a Idade Média e a figura da dona Gontinha os tópicos que mais atraíram o autor da introdução ao Boletim n.º 57 da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, publicado em 1957. Não é, aliás, possível fazer uma leitura atual da ponte sem ter em conta as intervenções ocorridas em 1952, de cuja vasta campanha de restauro resultou o referido boletim, editado por aquela instituição. Sendo o único número dedicado a uma ponte, dentro das várias tipologias de edificado privilegiadas pelos patrimónólogos do Estado Novo (sobretudo igrejas e castelos), toma especial interesse a sua leitura e interpretação.

Na “notícia histórica” do boletim desenvolvem-se, numa primeira parte, as problemáticas da origem romana e a sua categorização como ponte românica, exaltando-se a sua antiguidade e a sua origem. Embora o autor do texto apon- te as várias referências que a farão remontar à romanização,



*Vista a montante.  
Perspectiva geral da ponte.  
Margem direita*



*Vista a montante.  
Perspectiva geral da ponte.  
Margem esquerda*

elabora um interessante discurso sobre o trajeto histórico da mesma nos tempos medieval e moderno, procedendo ao levantamento e confronto de fontes documentais que acrescentam dados pertinentes à origem da ponte, mas que acaba por classificar como “românica”.

Sem o afirmar diretamente, mas recorrendo ou invocando a documentação monástica, propõe a construção

da ponte na esfera destas instituições, nomeadamente dos beneditinos de Santo Tirso ou dos Cónegos Regrantes de Landim, casas próximas e litigantes em cujo processo o autor da “notícia histórica” do boletim da DGEMN afirma ter encontrado elementos sobre a qualidade e a antiguidade da ponte de Lagoncinha, a sua relação com uma certa Con-  
tinha (que favorecera uma das partes, o mosteiro de Santo



*Vista a jusante. Talhantes centrais*



*Perspetiva sobre o tabuleiro, pavimento e guardas*

Tirso) apresentando, contudo, a hipótese da sua existência muito antes desta dona, documentada no século XI.

Numa segunda parte, já durante a modernidade (século XVI), o autor da introdução ao Boletim apresenta outro tipo de relações institucionais, desta feita entre os homens da Câmara do Porto e os oficiais de Barcelos, a propósito da jurisdição de uns e outros na igreja dita de São Bartolomeu da Lagoncinha, destacando, cremos, a importância regional desta ponte.

Desde os trabalhos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968 e 1973) e da publicação do Boletim da DGEMN tem sido a historiografia local que mais interesse desenvolveu sobre a ponte, num contexto de escrita não académica e de um ponto de vista emulativo dos monumentos locais, acentuando os aspetos narrativos e etiológicos associados à referida Dona Gontinha ou Goncinha.

Tendo em conta a referência do testamento do bispo D. Fernando Pais à ponte de *domna guntia*, beneficiada juntamente com outras duas pontes, uma a montante sobre o mesmo rio Ave e outra no Douro, importa contextualizar esta atitude do prelado. Trata-se efetivamente de um gesto pio, a que C. A. F. de Almeida associa a construção de pontes ao longo da Idade Média mas que poderá sugerir atitude “política” – sendo impossível separar os perfis temporal e espiritual do prelado do Porto –. De facto, as pontes de Lagoncinha, de Serves e, sobretudo, a do Douro, constituíam valiosos apoios à administração do território diocesano.

Se a ponte de Lagoncinha constituiu, em tempo da romanidade, um importante e seguro ponto na travessia do rio Ave – um dos arrebatados cursos de água que obstavam

à circulação no noroeste peninsular no sentido sul-norte –, estando incluída na vasta rede de vias do Império, na Idade Média assumirá papel semelhante, embora num contexto regional, ligando as sedes episcopais do Porto e de Braga. A montante, a ponte de Serves facilitava o acesso à vila de Guimarães e a sul, o Douro, essa fronteira quase intransponível, necessitava de uma travessia estável, como alternativa às barcas de passagem ou travessias a vau, se o caudal o permitisse. A referência à ponte do Douro no testamento do bispo do Porto é, aliás, um registo importantíssimo que confirma o interesse político do projeto construtivo desta travessia, pensado, talvez, por D. Afonso Henriques, que legou (em 1179) aos cistercienses de São João de Tarouca avultada quantia para a sua execução.

O século XII poderá corresponder, assim, para a ponte de Lagoncinha, como para outras do norte e noroeste português (por ex. a desaparecida ponte de Canaveses), o início de um tempo de reabilitação e reconstrução, para o qual contribuíram vários indivíduos poderosos, homens e mulheres, e que a cultura popular associou a reis, rainhas, santos e demónios. Talvez assim se compreenda melhor a permanência do nome de *Domna Guntia* em Lagoncinha, como a montante, sobre o mesmo rio Ave, perdurou o de Domingos Terres ou Mem Guterres, designações de eventuais doadores que poderão ter contribuído para a manutenção deste importante edificado no território e na paisagem medievais.

Ao longo da época moderna, mercê da alteração de percursos em função de novas centralidades, necessidades económicas e até religiosas, o trânsito sobre a ponte de Lagoncinha foi sendo paulatinamente reduzido, sendo



*Pormenor de um vão central*

distribuído por outras travessias, nomeadamente a ponte de Ave e a barca da Trofa, ambas a jusante, como confirma o memorialismo barroco.

Não obstante o esquecimento que levou ao estado ruinoso em que os técnicos da DGEMN encontraram a ponte em 1952, ligam-se-lhe não só o testemunho da sua função histórica, a memória local sobre a sua mítica fundação, mas também a memória literária em que Camilo Castelo Branco, escritor do romantismo português, inscreveu o topónimo Lagoncinha.

Texto: NR - Fotos: NR

### *Bibliografia*

ALMEIDA, C.A.F., 1968; ALMEIDA, C.A.F., 1986b; DGEMN, 1957; TEST. ECC. PORT.